Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

29 DE DEZEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA POR OCASIÃO DO FINAL DO ANO

Brasileiros:

Voltou o Mundo a viver dias ásperos no ano que está por findar. A inflação continuou a assolar, com maior ou menor intensidade, a generalidade das nações. As causas desse fenômeno, global e persistente, são apontadas pela teoria econômica, nem sempre de modo uniforme. Todas elas se relacionam, porém, de algum modo, com a expansão dos encargos impostos ao Estado pelas circunstâncias econômicas, sociais e políticas, que caracterizam o nosso tempo. Para o atendimento dessas exigências é preciso, no entanto, via de regra, sacar contra o futuro. Donde desequilíbrio financeiro que alimenta, no universo econômico, perigosa revolução de preços. Donde o enraizamento, em todos os quadrantes, de situação que induz analistas apressados a dizerem que o Estado moderno é um Estado inflacionário.

Penso que a inflação não é uma fatalidade e que é impróprio falar-se em Estado estrutural ou essencialmente inflacionário. Estou convencido que se faz

possível vencer a crise global que atormenta, na ordem econômica e financeira, a comunidade internacional.

Porém estou persuadido também que isso requer esforço comum. O sistema interno de cada país necessita de reformas. Todavia, para que estas produzam o efeito desejado é indispensável se promova urgente e substancial reforma do sistema financeiro internacional.

Todas as nações padecem os efeitos da inflação. Mas nem todas são iguais perante esta. É por demais pesado o tributo pago ao mal inflacionário pelas nações menos desenvolvidas, ou pouco industrializadas. A solidariedade entre os povos exige tratamento favorecido em relação aos economicamente fracos. Mormente quando no seu seio se encontram multidões inumeráveis que vivem, pelo seu nível de pobreza, em condições incompatíveis com a dignidade humana.

No plano interno, o Brasil enfrenta corajosa e realisticamente a turbulência inflacionária. Ninguém ignora que não é possível conviver com a inflação em contínuo crescimento. Principalmente quando se sabe que a inflação deixa hoje no seu rastro inquietante onda de desemprego.

O combate à espiral inflacionária impõe a adoção de medidas economicamente eficazes. Medidas que distribuam os sacrifícios de forma equitativa. Medidas social e politicamente aceitáveis. Medidas que não estrangulem a economia. Medidas que destruam a expectativa de mais inflação. Medidas que, pela inversão dessa expectativa, desestimulem a atividade dos especuladores.

O endividamento interno, acumulado pelo setor público, ao longo dos anos, obrigou a providências drásticas de contenção e austeridade. Igualmente amargas foram as decisões tomadas para satisfazer os compromissos assumidos, também ao longo dos anos, no Ex-

terior, em benefício do nosso desenvolvimento. Trata-se de encargos que não excederiam as nossas forças, desde que mantida a normalidade do comércio exterior. O colapso deste refletiu-se, porém, negativamente, no serviço da dívida externa. Já demos prova de que estamos empenhados em honrar os nossos compromissos. Teremos que fazê-lo, no entanto, como já proclamei, com a intransigente ressalva de nossa soberania e sem prejuízo da prosperidade do País.

Somam-se a tudo isso os desastres climáticos suportados pelas regiões do Sul e do Nordeste. Recursos gigantescos tiveram de ser carreados para essas regiões em socorro dos nossos irmãos assolados pelo flagelo da seca e das inundações. As safras, nesses vários territórios, experimentaram enorme redução com prejuízo para todos, já que ao sofrimento das populações diretamente atingidas se acrescentou o mal do encarecimento geral de gêneros alimentícios, com reflexos imediatos sobre o aumento da taxa de inflação.

As tremendas dificuldades surgidas não me desviaram, na esfera política, do caminho que me tracei. Confiante na idéia democrática, na sua força inspiradora, na sua capacidade criativa, na fecundidade do processo que oferece para solver os mais difíceis problemas — prossegui inabalável no processo de institucionalização da democracia.

Assegurei aos novos Governadores, eleitos a 15 de novembro, direitos iguais perante a União. A todos abri as portas do Palácio do Planalto. Não estabeleci distinções no tratamento a que os intitula o princípio federativo.

Mantive as prerrogativas do Congresso Nacional. Procurei o diálogo e a negociação. Estimulei o incre-

mento das relações partidárias. Encorajei o auto-aperfeiçoamento da vida democrática.

Garanti as liberdades públicas. Tutelei, como bem inestimável, a liberdade da verdade. Suportei, às vezes, em certos setores amiúde, a liberdade da inverdade. Não posso transigir, contudo, com a liberdade da violência, com os agravos à segurança pessoal, com o desrespeito à propriedade individual ou coletiva, com a utilização abusiva dos bens de uso comum, com a transformação de cidades em centros de anarquia e desordem.

Cumpre-se mantenha, em toda a parte, a tranqüilidade da ordem, para que uns não atropelem o direito de outros. Cumpre-se preserve e proteja a paz social e o império do direito.

As articulações sucessórias se tornam cada vez mais intensas. A celeuma se levanta até quanto ao processo da eleição, se indireta ou direta. O debate esbarra, porém, na regra constitucional que prescreve a eleição do Presidente da República por via indireta. Nesta altura dos acontecimentos, quando o colégio eleitoral já está formalmente composto, impugnar a eleição indireta implica, no fundo, negar eficácia a ato jurídico e político perfeitamente constituído. Ademais, nesse processo de escolha do Presidente da República é de irrecusável legitimidade. Além de ineficaz — pois não existe lastro no Congresso Nacional para reforma, neste ponto da Constituição — a campanha pela eleição direta reveste, agora, caráter meramente perturbador.

A alta direção do Partido Democrático Social, à minha revelia, mas em gesto que muito me sensibilizou, resolveu delegar-me a incumbência de coordenar nome de candidato à minha sucessão. Esse mandato, pouco depois, era ratificado, por escrito, pela quase totalidade dos representantes do Partido no Congresso Nacional.

Pareceu-me que não podia recusar, tal a sua imperatividade, a delegação que me era outorgada.

No desempenho do que se me afigurou dever indeclinável, procurei cumpri-lo escrupulosa e democraticamente. Aproveitei oportunidade que me ofereciam viagens de serviço para auscultar a opinião de correligionários, com representatividade política, em todos os pontos do País. Convoquei a Brasília Governadores, dirigentes partidários e condutores políticos de todas as categorias. Sondei a opinião pública de expoentes das mais diversas tendências. Examinei análises e pesquisas. Sopesei diagnósticos. Identifiquei pretensões e interesses partidários.

As discordâncias, que encontrei, levaram-me, porém, à conclusão de que não poderia apontar nome que reunisse todos os sufrágios ou, pelo menos, a sua grande maioria.

Pela delegação que recebi tinha, no entanto, o direito de esperar que a indicação, que fizesse, seria, pela confiança com que fui honrado, tranqüilamente aceita. Esse o pressuposto da coordenação a que acedera. Coordenar, para mim, significava unir.

Como não antevejo, todavia, a possibilidade de alcançar o consenso que almejava, consenso que era o objetivo da ação coordenadora que me fora delegada, restituo a coordenação ao meu Partido. Este encontrará meios, que eu não tive, para reduzir divergências e compor antagonismos, a fim de chegar à escolha do nome que una a agremiação majoritária, mereça o respeito da Nação e obtenha a sagração do Colégio Eleitoral.

A concórdia nacional que não exclui, dentro do sistema pluralista, em que vivemos, dissonância de opiniões, criará o clima de união, que se faz necessário, para a solução dos nossos graves problemas.

O povo brasileiro quer entendimento, quer paz, quer ordem, quer segurança, quer trabalho, quer recuperação econômica, quer democracia, quer sinceridade política, quer solidariedade, quer melhor nível de vida, quer justiça social. Sonha com um 84 em que essas aspirações constituam idéias-força que operem efetiva e concretamente na vida real.

Essas, as aspirações que acalenta, no seu todo, a nossa sociedade. Essas, as aspirações que continuarei a servir, como cidadão e governante, no ano que aí vem.

Boa-noite e muito obrigado.